



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638415 - MS (2021/0000755-2)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : MARIO AUGUSTO GARCIA AZUAGA
ADVOGADO : MÁRIO AUGUSTO GARCIA AZUAGA - MS017313
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : ERICA CAROLAY CALISTA DE ALBUQUERQUE (PRESO)
CORRÉU : ERIVAN SILVA
CORRÉU : LUIZ ANTONIO VARELA DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ERICA CAROLAY CALISTA DE ALBUQUERQUE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (HC n. 1416957-86.2020.8.12.0000).

A paciente foi presa em flagrante, tendo sua prisão sido convertida em preventiva, por suposta prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06.

O impetrante sustenta que a paciente está gestante de três meses e se enquadra no julgado do HC n. 143.641/SP do Supremo Tribunal Federal e nas disposições do art. 318 e seguintes do Código de Processo Penal e a Recomendação 62 do CNJ.

Requer, liminarmente, a concessão da prisão domiciliar ou da liberdade provisória com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma

do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ademais, não obstante o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal e a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP, consta dos autos que a paciente é reincidente, pois já foi condenada definitivamente por tráfico de drogas nos Autos n. 0010891-43.2018.8.12.0001, cuja sentença transitou em julgado e que pratica o tráfico de drogas em sua própria residência. Tal hipótese suscita divergências na jurisprudência e segundo alguns julgados do STJ pode configurar situação excepcional que justifique a negativa da pretensão de substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente